

Um problema menos ante as 27 irregularidades graves encontradas pelos auditores nas obras de melhoramentos do Aeroporto Santos Dumont, no Rio - o campeão nacional de problemas no levantamento do TCU. Reforçam a lista o atual presidente da Infraero, o brigadeiro José Carlos Pereira, além de superintendentes regionais, como Wellington Santos da Silva (responsável pelo aeroporto de Fortaleza) e Tércio Ivan de Barros, que representou a estatal no Sudeste.

Cotado para assumir a presidência da Infraero em 2005, Tércio acabou vetado pelo Palácio do Planalto. Ele é alvo de um inquérito da Polícia Federal por supostas irregularidades em licitações durante sua gestão, em 2002. Denúncias feitas pela Associação dos Concessionários dos Aeroportos do Estado de São Paulo (Acaesp) fundamentaram a investigação. Hoje assessor da presidência da Infraero, Tércio é citado no processo que apura irregularidades no Santos Dumont.

CLUBE

As denúncias contra Tércio apenas reforçam o caráter intocável da cúpula da estatal, cujo primeiro escalão foi praticamente mantido, apesar da saída de Carlos Wilson. O ex-presidente deixou o cargo para retornar ao Parlamento, se elegendo deputado

federal. Até agora, Wilson tem negado qualquer irregularidade nas licitações de obras e contratos de serviços durante sua gestão. Argumenta que nunca se fez tanto pelos aeroportos brasileiros, e que não teme uma investigação.

O ex-presidente da Infraero será um dos principais alvos da CPI do Apagão Aéreo, caso a oposição consiga valer o direito da minoria na Câmara. Os líderes da oposição pretendem apurar se o rombo deixado por Carlos Wilson, cerca de R\$ 450 milhões, oculta um sinistro esquema de corrupção. E que teria contribuído para o caos aéreo nos aeroportos, em especial no ano passado.

Já se fala na Câmara em convocar servidores da estatal. Na mira dos parlamentares estão personagens freqüentes nos relatórios do TCU: Eleuza Therezinha Lores, diretora de Engenharia, está em seis dos oito processos. Josefina Valle de Oliveira, procuradora-geral da Infraero, e Francisco Erivan de Albuquerque, gerente de coordenação de empreendimentos, são investigados também pelo Ministério Público de São Paulo. Os três, ao lado de Carlos Wilson -, que aparece em sete processos do TCU - tiveram os seus sigilos bancário e fiscal quebrados. Os três servidores da Infraero, e um gerente Rogério Mansur Barata estão com os bens indisponíveis.

(Correio Braziliense - DF - 21/03)

TCU aponta divergência sobre dívida

O TCU (Tribunal de Contas da União) encontrou divergências de R\$ 50 bilhões na contabilidade da dívida pública feita pelo governo em seus relatórios de gestão e os registros no Siafi (sistema em que são registradas todas as operações autorizadas na lei orçamentária).

Os auditores também proibiram o Ministério da Fazenda de assinar contratos de perdão de dívidas de países pobres sem autorização do Senado. O TCU considerou ilegal o cancelamento em 2005 da dívida de R\$ 1 bilhão do Brasil com Moçambique.

Os ministros não identificaram irregularidades. O voto dá dois meses para que a Fazenda corrija a contabilidade e reafirma que perdão de dívida só pode ocorrer após pronunciamento dos senadores. A Fazenda argumenta que o contrato tinha cláusula suspensiva que tornava o acordo válido só após ratificação do Senado.

Segundo o Tesouro, as divergências vêm de diferença na origem dos dados. A Fazenda usa o Banco Central, e o Siafi, não.

(Folha de S. Paulo - SP - 24/03)